

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.927, DE 2003 – DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO.**

**EMENDA DE AUTORIA DO DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO AO SUBSTITUTIVO APRESENTADO PELO DEPUTADO CARLOS ZARATTINI AO PROJETO DE LEI Nº 1.927, DE 2003 E SEUS APENSADOS.**

Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, para isentar as empresas de transporte coletivo urbano municipal e transporte coletivo urbano Alternativo, da Contribuição de Intervenção no domínio Econômico – CIDE.

**Dá-se ao inciso II do artigo 2º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.927/2003 e às suas alíneas “a” e “b”, as redações que seguem, e supprime-se a alínea “c” do citado inciso.**

“Art. 2º.....:

II- Para as pessoas jurídicas prestadoras de serviços de transporte público coletivo urbano de passageiros:

a) o compromisso de apresentarem semestralmente ao Poder Executivo para o qual estiver sendo prestado o serviço, a fim de que por este seja dada ampla publicidade para toda a sociedade, balancete contendo seus dados econômicos-financeiros e contábeis, necessários à verificação do cumprimento das regras e condições do Regime Especial de que trata esta lei e ao estabelecimento de um preço justo da passagem;

b) o compromisso de praticarem as tarifas estabelecidas pelo Poder Público concedente dos serviços prestados.”

## JUSTIFICATIVA

Em face das alterações que propus ao inciso I, do art. 2º do presente Substitutivo, não mais cabem as redações dadas às mencionadas alíneas “a” e “b” do inciso II. Pelo mesmo motivo, justifica-se a supressão da alínea “c” deste inciso, uma vez que o Termo de Adesão, conforme por mim sugerido na redação da emenda modificativa ao caput do art. 2º, deve ser assinado pela União, representada esta pelo Ministério da Fazenda;

Sala da Comissão, em 26 de agosto de 2009.

FRANCISCO PRACIANO  
DEPUTADO FEDERAL (PT/AM)